Edited by Foxit PDF Editor
Copyright (c) by Foxit Software Company, 2003 - 2009
For Evaluation Only.

COMUNIDADE/EVENTOS

Entidades nikkeis buscam alternativas após mudança nas regras de repasse de verbas federais

O ano de 2011 não começou bem para as associações e organizadores das principais festas da comunidade nikkei que contam com verbas do governo federal, as quais contribuem para a realização dos eventos, pelo menos em São Paulo. É que após mudanças nas regras para a distribuição de verbas destinadas a shows e eventos, através do Ministério do Turismo, as entidades terão dificuldades para a liberação de emendas que auxiliem na promoção das festividades. A partir de agora os recursos só poderão ser destinados às Prefeituras, e ainda assim devem sofrer redução.

O alerta foi feito pelo deputado Walter Ihoshi (DEM-SP) em matéria publicada no **Jornal Nippak**, no dia 6 de janeiro, quando também revelou que deve assumir o seu segundo mandato na Câmara dos Deputados, em fevereiro próximo.

A alteração é preocupante para os presidentes das associações porque os métodos para a captação de recursos que garantam a organização dos eventos deverão ser revistos. Ao revelar que as verbas dos deputados federais não contemplaram a Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil (Kenren) – entidade responsável pela realização do Festival do Japão –, em 2010, o presidente Akeo Uehara Yogui, afirmou que a modificação das normas preocupa e será prejudicial para as entidades nikkeis que trabalham voluntariamente para a promoção de cidades ou localidades. "Liberar verbas para as prefeituras não resolve a questão. Infelizmente as associações – principalmente nikkeis – que trabalham com honestidade pagam pela desonestidade e falcatrua praticadas por entidades fantasmas. É necessário ter uma fiscalização mais eficiente e punir rigorosamente as que fazem mau uso das verbas recebidas", defende Akeo Yogui.

A nova condição é vista com muita preocupação pelo presidente da comissão organizadora do 6º Nikkei Matsuri, Yoshio Imaizumi, uma vez que os eventos de grande porte realizados por algumas associações da comunidade conquistaram o equilíbrio das receitas através de emendas parlamentares do Ministério do Turismo. Segundo ele o deputado federal Walter Ihoshi, "foi o grande precursor do envio de emendas para entidades, beneficiando dezenas delas em todo Estado de São Paulo".

"Nesse ponto, é evidente que as entidades serão prejudicadas, por não poder contar mais com as emendas, e o risco da realização dos eventos com equilíbrio financeiro ou a sua realização com tranqüilidade para os organizadores, ficou muito maior", ressalta. "Não apenas isso, mas as diversas entidades que se preparavam para articular o recebimento de emendas, este ano com os novos deputados federais como Junji Abe (DEM-SP) e Keiko Ota (PSB/SP), terão que se programar para obter outras receitas", completa ele que também é presidente da Associação Cultural e Esportiva do Tucuruvi (ACET).

JORNAL NIPPAK/ARQUIVO

O atual presidente do Kenren, Akeo Yogui, estuda parceria com a Prefeitura: "Sei que não será fácil"

O relações públicas do Okinawa Festival da Vila Carrão (zona leste paulistana), Eduardo Uyeta salienta que é necessário aguardar como será o trâmite para liberar os recursos. Para ele, "à primeira vista, a mudança visa diminuir os desvios dos recursos para eventos não comunitários, sociais, noticiados na imprensa no final do ano". "Se é esse objetivo, vejo como positiva a mudança. Como a maioria dos eventos promovidos por associações nikkeis são conhecidos pela seriedade e transparência, não acredito que haja dificuldades na aprovação de recursos. As liberações serão mais trabalhosas, onde precisaremos da atuação dos parlamentares nikkeis em Brasília", observa o também diretor da Associação Okinawa da Vila Carrão.

Alternativas – Akeo Yogui antecipou que estuda alternativas para contar com verbas federais, mas disse que se é para as prefeituras liberarem as verbas, "devemos procurá-las, fazer parcerias e pedir ajuda junto aos prefeitos. Sei que não é fácil só é uma alternativa", analisa ao assegurar que o patrocínio de empresas é fundamental para a continuidade da realização dos eventos culturais. Para ele o Kenren é grato às empresas que acreditam no trabalho da federação e prestigiado o principal evento da entidade que é o Festival do Japão. "Temos tido o máximo cuidado na organização para que o evento seja exemplar em respeito à confiança das empresas e do público que nos prestigia", garante.

Yoshio Imaizumi que participa de um grupo de líderes na zona Norte de São Paulo que idealizou e realiza anualmente o Nikkey Matsuri que estará em sua sexta edição este ano, adiantou que a comissão tem articulado junto aos deputados estaduais. Exemplo do deputado Hélio Nishimoto (PSDB/SP) que foi precursor do envio de emendas estaduais, através da Secretaria de Cultura para entidades da comunidade, "estamos nos movimentando para tentar conseguir receber também esse benefício", prevê.

O presidente da ACET lamenta que apesar do Nikkey Matsuri ter sido incluído no calendário oficial da cidade de São Paulo, teve a péssima notícia das emendas federais não poderem mais ser direcionadas para entidades sem fins lucrativos. "Contávamos com a emenda parlamentar do deputado Walter Ihoshi para esta edição, mas não será mais possível. Agora continuar a receber essas verbas do Ministério do Turismo, tornou-se inviável", admite.

O 8° Okinawa Festival 2010 foi realizado pela primeira vez em dois dias e sem recursos do Ministério do Turismo. Eduardo Uyeta lembra que foi um ano de eleições que não houve compatibilidade de planejamento do evento com os trabalhos de aprovação e liberação da verba federal. "Contamos com o nosso parceiro principal, que é a Prefeitura de São Paulo e com o valioso patrocínio e colaboração dos nossos parceiros empresariais e associados", agradece Eduardo Uyeta.

Network – Na opinião de Yoshio Imaizumi as associações que organizam eventos têm focado a viabilidade das festas através de recursos de entidades privadas. No caso do Nikkey Matsuri, até a terceira edição, o evento foi realizado com o apoio do vereador Ushitaro Kamia (DEM) e pela prefeitura de São Paulo, que garante a infraestrutura do evento. Sem esse apoio ele acha que os eventos não seriam realizados.

"No nosso caso devemos muito ao Democrata Kamia, pois com a ajuda dele e de donos de supermercados e patrocinadores do evento da zona Norte, foi possível realizar as cinco últimas edições do Matsuri. Agora é mais do que importante contar com o apoio dos nossos políticos para buscar recursos junto às entidades da iniciativa privada, de empresas de economia mista, de verbas das empresas estatais, estaduais e federais", informa.

Ao ser questionado se as verbas federais e de empresas que patrocinem os eventos são de essencial importância para os organizadores, Akeo Yogui assegurou que para o Kenren a verba federal é muito importante, mas a entidade tem alternativas para realizar o Festival do Japão. Para Yoshio Imaizumi a viabilização dos festivais da cultura japonesa tem que ser buscada através de recursos da maior gama de origem possível. Ele argumenta que as verbas federais eram uma das mais importantes fontes em relação às emendas parlamentares federais, mas acredita que não são exclusivas.

O network com os representantes, segundo o presidente da ACET, é de suma importância para viabilizar o contato com outras fontes de recursos governamentais e de economia mista ou iniciativa privada. "Formas de patrocínio de áreas do evento, negociação de custos diretos da realização do evento com permuta de publicidade e redução de custos, são as formas usuais de equilíbrio das receitas e despesas. Porém as verbas federais através de emendas parlamentares procedentes do Ministério do Turismo vão sim fazer muita falta", reconhece.

As verbas do ministério do turismo no Nikkey Matsuri, por exemplo, foram utilizadas no custeio da infraestrutura, pagamento de cachês e despesas que a legislação permite que sejam realizadas. E não somente as despesas que a lei permite, mas também dentro de uma faixa de valor custo de mercado que é monitorado pelos funcionários do ministério do turismo. Há casos de emendas que se a entidade beneficiada não atende os requisitos de documentação ou comprovação dos gastos fora do mercado o repasse não é realizado. Eduardo Uyeta por sua vez aponta que a verba federal ajuda muito o Okinawa Festival, mas vê que ela não é essencial para a realização do evento. "O recurso federal ajuda a custear parte da infra-estrutura e dos materiais de divulgação e propaganda do evento", acrescenta.

(Afonso José de Sousa)

Deputados também buscam alternativas para ajudar comunidade

Independente da mudança nos rumos da liberação de verbas – via emendas parlamentares – que até então auxiliavam a promoção das festividades japonesas, o deputado federal Walter Ihoshi (DEM/SP), reforçou estar consciente da importância dos recursos federais para o fortalecimento das entidades, por isso fará o possível para continuar colaborando e buscando soluções no sentido de servir a comunidade. As regras mudaram, mas o critério para a liberação de recursos para as Prefeituras não sofreram alteração, continuam obedecendo às normas contidas na Portaria nº 127/2008. Já o deputado federal Junji Abe (PSDB/SP), crê que a matéria está esgotada, porém acrescenta que o fato dificultará imensamente a tramitação dos pedidos, porque o prefeito da cidade onde está à entidade a ser atendida precisará ter, além de boa vontade e bom senso, uma equipe técnica à altura para cuidar da prestação de contas da verba – entra no orçamento municipal como receita de capital.

"Não bastasse, terá de estar politicamente alinhado com o deputado solicitante, diretoria da entidade e vereadores. Uma vez que presta contas para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao Tribunal de Contas da União – TCU –, Ministério Público (MP) e etc. Moral da história: haja paciência e disposição, porque o atraso na conquista do benefício já é visível e presente", constata o tucano ao destacar que não foi eleito para atuar, exclusivamente, em benefício da comunidade nikkei, mas sim à sociedade.

Apesar da mudança nas regras de distribuição de verbas para os eventos japoneses contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, Walter Ihoshi assegurou que poderá ajudar as associações nikkeis que tiverem dificuldades na organização dos eventos. Mas confirmou que a alteração vedou a transferência de recursos para entidades privadas destinados à realização de eventos, no âmbito do Ministério do Turismo. "De acordo com a portaria, as festas que poderão receber as verbas são: Carnaval tradicional e fora de época; cavalgadas; etapas de eventos esportivos – nacional ou mundial; festas juninas, festividades natalinas; festivais de cinema, culturais, folclóricos, gastronômicos, de inverno/verão, de pesca esportiva; feiras e exposições de produtos locais, regionais ou nacionais, vaquejadas, réveillon e rodeios", esclareceu o democrata.

Opinião semelhante é defendida por Junji Abe ao informar que parte do conceito de que o erro de uma minoria não pode prejudicar o trabalho sério da maioria. No "frigir dos ovos", o maior prejudicado, como sempre, é o povo. Uma vez empossado, ele garantiu que fará tudo para que as regras atuais, referentes às emendas ao setor de turismo, sejam revistas, objetivando solucionar de vez a questão. "Defendo que fatos pontuais, como o do deputado Geraldo Magela, sejam tratados de maneira apropriada. Ou seja, por meio da punição do parlamentar infrator com a cassação do seu mandato para evitar prejuízo ainda maior à população", sustenta.

O democrata Junji Abe afirmou que é evidente que estará à disposição das entidades nipo-brasileiras, afinal, a valorização da cultura e a preservação das tradições, além da oferta de lazer à população e fomento econômico por meio do turismo, precisam ser perseguidas em favor de toda sociedade brasileira. E os eventos tradicionais realizados nas diversas cidades são parte do processo. Walter Ihoshi esclarece que o valor mínimo que cada prefeitura pode receber através de emenda parlamentar individual é R$ 100.000,00 e o máximo R$ 300.000,00, no entanto ainda não foram definidas ainda quais serão as primeiras prefeituras beneficiadas após a mudança.

Junji Abe adiantou que está se cientificando quais os eventos municipais relacionados ao turismo que, preferencialmente, merecem a legítima atenção. Segundo ele nada está definido porque os parlamentares eleitos só poderão fazer o encaminhamento das emendas ao longo deste ano para eventual liberação somente em 2012. "Conversarei com os deputados Keiko Ota e Walter Ihoshi para viabilizar o fortalecimento de ações conjugadas, a fim de que os resultados sejam melhores", antecipou.